



-----ATA nº05/2018-----

----- Aos treze dias do mês de dezembro de dois mil e dezoito, pelas vinte horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu-se em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Velha de Ródão, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

- 1-Ponto prévio antes da ordem do dia; -----
- 2-Retificação à Ata nº3 da Sessão de 27/06/2018; -----
- 3-Apreciação, discussão e eventual aprovação de atribuição de benefícios fiscais à empresa Plastificadora do Ródão, S.A; -----
- 4-Apreciação, discussão e eventual aprovação da adesão do Município ao processo de Certificação Florestal; -----
- 5-Apreciação, discussão e eventual aprovação do Mapa de Pessoal para 2019; -----
- 6-Apreciação, discussão e eventual aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2019; -----
- 7-Informação do Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade do Município nos termos da alínea c) do n.º2 do artigo 25º da Lei 75/2013 de 12 de setembro; -----
- 8-Outros assuntos de interesse para o Município; -----
- 9-Período de intervenção do público nos termos do Regimento;-
- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão e procedeu à conferência dos membros, verificando-se a presença de todos os membros eleitos, sendo que, a Junta de Freguesia de Fratel foi representada pelo seu secretário, Célia Maria Sequeira Ribeiro. -----

-----Foi dado conhecimento da correspondência remetida à Assembleia Municipal ficando disponível para eventual consulta. -----

-----Em seguida, o Presidente da Assembleia Municipal colocou à apreciação a ata da sessão realizada em 21/09/2018, previamente

remetida a todos os membros e da qual, conforme deliberado na sessão de 22/12/2017, foi dispensada a leitura e não havendo intervenções, foi a mesma colocada a votação e aprovada por maioria, com 1 (uma) abstenção do membro Vitor Filipe Marques, justificando o mesmo que, o seu sentido de voto era devido a não ter estado presente nessa sessão.-----

-----1-Ponto prévio antes da Ordem do Dia:-----

---- O membro Ricardo Morgado solicitou a entrada na Mesa de uma Moção sobre o eventual encerramento da central nuclear Espanhola de Almaraz, tendo sido aprovada a sua entrada por unanimidade, tendo-se em seguida procedido à sua leitura que aqui se dá por transcrita e cuja cópia se anexa junto á presente ata.-----

---- O membro Carlos Gonçalves disse que este era um tema de grande importância e que por vezes em Portugal não se levava muito a sério e apesar de no nosso país não existirem centrais nucleares, havia zonas que, pela proximidade com as centrais existentes na raia espanhola, estariam sujeitas aos eventuais efeitos nefastos que daí poderiam advir e que devido à sua importância era uma matéria que deveria abranger todos os municípios das zonas que poderiam ser afetados por este problema. Acrescentou também que o fim de uma central nuclear não era uma decisão administrativa, que tinha custos enormes, que no plano da defesa do ambiente tinha requisitos extremamente complicados e que após o seu encerramento se iria ainda falar da mesma durante muito tempo. Achava esta iniciativa positiva e como tal apelava à colaboração intermunicipal, em particular aos municípios dos distritos de Castelo Branco e Portalegre, sugerindo também o envio deste documento ao Ministro da Tutela, como eventual recomendação e demonstração de uma Moção votada e aprovada unanimemente por uma Assembleia Municipal que



está atenta à questão de Almaraz. Acrescentou que, pelo seu conhecimento pessoal, que aquilo que se passava após o encerramento de algumas centrais nucleares europeias, em termos ambientais, era muito mais complicado do que quando estavam em funcionamento. Assim, esta bancada iria dar o seu voto favorável, com a recomendação do envio desta Moção para os municípios dos distritos de Castelo Branco e Portalegre e para o Ministro da Tutela. -----

----Em seguida foi colocada a votação, tendo a Moção sido aprovada por unanimidade. Foi também aprovado por unanimidade a recomendação da bancada da Coligação "Novo Rumo", do envio deste documento para os municípios dos distritos de Castelo Branco e Portalegre e para o Ministro do Ambiente. -----

----O membro Ricardo Morgado, tendo por base a intervenção do membro Luis Coutinho na última sessão deste Órgão, sobre o glifosato, disse que este era um herbicida utilizado no combate às ervas daninhas em espaços públicos e que na Europa existiam mais de 300 (trezentos) herbicidas à base de glifosato, de 40 (quarenta) empresas diferentes, dizendo que poderia ser perigoso, mas não representava necessariamente um risco para a saúde. A diferença entre perigo e risco foi explicada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em maio de 2016, ou seja, um produto químico pode ser perigoso em si mesmo, mas representar um risco mínimo para a saúde das pessoas, tendo em conta a exposição a que a ele estão sujeitas devido, por exemplo, à sua ocupação profissional, ao ambiente ou mesmo à comida. Não existia resposta consensual sobre se era cancerígeno ou não. A Organização Mundial de Saúde (OMS), através da sua Agência Internacional para a Investigação sobre o Cancro (na sua sigla em inglês, IARC), considerava que o herbicida e passou a citar, era provavelmente cancerígeno para os humanos num relatório

de 2015. Mas a verdade era que entre as entidades oficiais que estudaram o glifosato, a "IARC" era a única com esse parecer, a Autoridade Europeia para a Segurança Alimentar, a Agência de Proteção Ambiental Norte Americana e a Agência Europeia dos Produtos Químicos, discordavam e não atribuíam esse perigo ao herbicida. Importava salientar que era nas áreas urbanas que o seu uso assumia contornos mais perigosos. A Lei obriga que fossem previamente afixados, de forma visível e próximo da área a tratar, avisos que indiquem a entidade responsável pelo tratamento, a data da realização do serviço e a data a partir da qual pode ser retomado o acesso à circulação de pessoas e animais ao local. Em março de 2017, é publicado o Decreto-Lei número 35 (trinta e cinco), que transpõe mais uma Diretiva da União Europeia e proibia a utilização de pesticidas, passando a citar, em jardins infantis, nos jardins e parques urbanos de proximidade, nos parques de campismo, nos hospitais e outros locais de prestação de cuidados de saúde, bem como nas estruturas residenciais para idosos e também nos estabelecimentos de ensino, excetuando os dedicados à formação em Ciências Agrárias, finalizando a citação. Com a licença em vigor a caducar em 15 (quinze) de dezembro do presente ano, a União Europeia aprovou a renovação por mais 5 (cinco) anos, a permissão do uso do herbicida glifosato, ou seja, até 2022. A decisão foi tomada depois de meses de debates, porque, inicialmente, a proposta era de renovação por mais 10 (dez) anos. O Parlamento Europeu chegou a pedir a suspensão imediata do produto, mas no final predominou a posição da Comissão Europeia. Dos 28 (vinte e oito) países membros, 18 (dezoito) votaram a favor do herbicida, 9 (nove) foram contra e Portugal absteve-se. Na dúvida, mas sobretudo com elevado cariz de sustentabilidade ambiental e de saúde pública, a



Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão e as Juntas de Freguesia do concelho, não usam este herbicida, como aliás foi referido na última Assembleia Municipal e que era algo que o deixava muito satisfeito e aplaudia. -----

----O membro Luis Coutinho começou por referir que na Ata hoje aprovada e aquando da referência à visita efetuado pelos membros deste Órgão ao local de depósito das lamas provenientes do Rio Tejo, tinham falado com o Vice-Presidente da APA e não com o Presidente, conforme estava inscrito na mesma, uma vez que o mesmo não tinha estado presente nessa vista, deixando assim esta retificação. -----

----Em relação à intervenção do membro Ricardo Morgado disse que não compreendera bem o porquê da mesma, mas pensava que na opinião deste, considerava que não seria assim tão prejudicial a utilização do glifosato e dos herbicidas em geral, apresentando inclusive resultados ou relatórios dos organismos internacionais, das agências alimentares e de saúde pública. Mais disse que havia muitos interesses dos "lobbies" relacionados com este setor, mas era óbvio que a população, sobretudo europeia, estava bastante preocupada com a utilização de pesticidas e na Europa, felizmente, continuava a prevalecer o princípio da prevenção, ou seja, da não utilização enquanto não fosse provado que não fazia mal e que de facto o que interessava era que, quer a Câmara Municipal quer as Juntas de Freguesia, não usavam o glifosato, como aliás tinham referido e louvado na última sessão. Considerava que a utilização deste produto era grave, dando inclusive o exemplo da permissão do mesmo a nível dos grandes empreendimentos agrícolas e apesar de todas as discussões e votações, na verdade este ainda era permitido e isso não era nada de bom. Referiu também que, como produtor

agrícola, não o usava e que havia sistemas agrícolas mais biológicos que não o usavam, considerando que esse era o caminho correto. Pensava que não fora por acaso que o atual Governo, este ano, apresentara em Idanha-a-Nova, o Plano Nacional para a Agricultura Biológica, porque percebera que os consumidores queriam, cada vez mais, consumir biológico e que em termos de saúde pública não queriam ter os riscos do que estava ou não provado. Era óbvio que no caso do glifosato havia imensos estudos e que esta era a substância ativa usada em quase todos os herbicidas atualmente utilizados e, na sua opinião, estava mais que provado que era prejudicial à saúde e à contaminação dos solos e água e em termos gerais esperariam pelo ano de 2022 com a perspectiva de se alterar esta situação. Acrescentou que, pela evolução do conhecimento científico, nos últimos anos, foram proibidos o uso de muitos pesticidas. Havia um conjunto de problemas aos quais tínhamos que estar atentos e que se deveria trabalhar para encontrar soluções mesmo podendo ser mais caras, porque não se poderia ganhar tudo e prejudicar todos.-----

---- Continuou, apresentando a proposta que a seguir se transcreve:

---- "-----Proposta-----

---- A Coligação "NOVO RUMO - PPD/PSD.CDS/PP" recomenda à Assembleia Municipal de Vila Velha de Ródão que seja reduzido o prazo de envio das Minutas das Atas das Sessões aos membros com assento neste Órgão, para que estes possam apreciar com maior rigor o conteúdo das intervenções.-----

---- Neste sentido, propomos que as Minutas das Atas das Sessões sejam enviadas no prazo máximo de trinta dias a contar da data de realização da sessão respetiva, e que seja discutido e aprovado nesta Sessão a fixação deste prazo.-----

(Handwritten signature)

----*Assembleia Municipal de Vila Velha de Ródão, 13 de dezembro de 2018.* -----

----*Os membros da Assembleia Municipal da Coligação "Novo Rumo"*----

----Complementando a leitura desta proposta, disse que apesar das Atas serem globalmente bem feitas e refletirem o que se passava nas sessões, seria positivo para todos os membros, que com o envio das mesmas mais rápido, mais facilmente se lembrarem das suas intervenções e poderem analisar as mesmas e assim contribuírem para um maior rigor e melhoria na elaboração destas. -----

----O Presidente da Assembleia Municipal disse que, com esta proposta, talvez se fosse dificultar o serviço do funcionário que a elaborava, visto este ter outras funções na autarquia e por vezes estas eram extensas e as gravações não estavam muito bem audíveis e na sua opinião, pensava que todos os membros, mesmo três meses depois, sabiam aquilo que disseram. -----

----O membro Luis Coutinho reforçou que dado a importância de ter uma Ata bem feita, poderiam, eventualmente, os serviços onde estava inserido este funcionário, organizarem-se para que este dispusesse de tempo para efetuar de imediato este trabalho. -----

----O membro Fernando Roma disse respeitar a opinião do membro Luis Coutinho, mas ao longo dos anos que era membro deste Órgão nunca encontrara nada nas Atas que justificasse uma leitura atempada das mesmas. -----

----Em seguida foi colocada esta Proposta a votação, tendo a mesma sido rejeitada por maioria, com 4 (quatro) votos a favor da bancada da Coligação "Novo Rumo" e 15 (quinze) votos contra da bancada do Partido Socialista. -----

----O membro Luis Andrade solicitou a entrada na Mesa de uma Moção sobre o primeiro ano de mandato da Câmara Municipal, tendo sido

aprovada a sua entrada por unanimidade, procedendo-se em seguida à sua leitura, que aqui se dá por transcrita e cuja cópia se anexa junto á presente ata-----

---- O membro Carlos Gonçalves disse depreender que este era um documento sobre o balanço do primeiro ano de mandato apresentado pela bancada Socialista e como tal era mais um auto elogio, como aliás tem vindo a verificar em todas as sessões em que participou, havia sempre uma Moção de auto elogio, dizendo que quem fazia politica preferia que fosse a população a elogiá-lo, não se revendo na maioria das coisas que foram ali ditas e assim era evidente que a bancada da Coligação "Novo Rumo" iria votar contra. Achava que era fundamental nesta Assembleia ouvir os membros, debater, discutir, concordar ou discordar de um conjunto de matérias, mas recorrentemente fazer um auto elogio no inicio acabava por ser algo de gasto.-----

---- O membro Luis Andrade disse que esta Moção não era propriamente um auto elogio mas sim uma constatação dos factos reais que aconteceram durante um ano e não tinha culpa se este membro andava distraído.-----

---- O membro Carlos Gonçalves respondeu que era por não andar distraído que tinha feito a intervenção que fez e iria votar contra.-----

---- Em seguida foi colocada a votação, tendo a Moção sido aprovada por maioria dos presentes, com os votos a favor da bancada do Partido Socialista e os votos contra da bancada da Coligação "Novo Rumo".-----

---- O membro Carlos Gonçalves informou a Mesa que iria prescindir do pagamento da senha de presença nesta sessão, por já ter estado, no dia de hoje, no plenário da Assembleia da República e aí ter



recebido a respetiva senha de presença como parlamentar. -----

----O Presidente da Junta de Freguesia de Perais, Joaquim Vaz, referiu-se a uma reunião de autarcas ibéricos, realizada na localidade de Montalvão, cujo assunto foi "SOS pelas populações do Tejo Internacional e do Sever". Após o convite endereçado pelo Sr. Presidente de Freguesia de Montalvão e pelo Sr. Engº Luis para fazer parte desta comissão, que de imediato aceitou, falou com os outros presidentes de junta de freguesia do concelho que também estiveram presentes nessa reunião, onde estavam também representadas as Juntas de Cebolais de Cima e Malpica do Tejo e o alcaide de Cedilho e da qual foi elaborada a resolução que foi agora distribuída por todos os membros desta Assembleia. Solicitou em seguida e uma vez que estava presente o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Montalvão, impulsionador deste desafio, autorização à Mesa para que este falasse mais um pouco sobre este projeto. ----

----O Presidente da Assembleia Municipal disse que, a convite do Presidente da Junta de Freguesia de Perais, também tinha estado nessa reunião, e que a mesma teve por base um estudo realizado pelo Engenheiro Luis Gomes sobre a desertificação e ao distanciamento dos grandes centros urbanos e onde se defendia a passagem do Tejo pela Barragem de Cedilho ou a construção de uma nova ponte sobre o rio. Após a anuência dos membros presentes, deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Montalvão. -----

----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Montalvão, começou por saudar todos os presentes, informando que esta iniciativa nascera no seguimento da publicação de um estudo apresentado pelo Engenheiro Luis Gomes, em 2017, intitulado "O Envelhecimento da População Residente e a Erosão Demográfica da Freguesia de Montalvão - Antevisão para os próximos 20 (vinte) anos". A redução

demográfica nesta freguesia era já hoje muito preocupante, pensando que uma das condições para minorar esse problema seria proporcionar condições para a livre circulação fronteiriça, em primeiro lugar, com a travessia através da barragem entre Cedilho e Montalvão, aliás como já se fazia aos fins de semana e que seria talvez a solução mais económica e a outra opção era a construção de uma ponte a jusante desta barragem. Dessa reunião, onde estiveram presentes vinte e três autarcas, foi decidido criar uma comissão para trabalhar este tema e na qual foi elaborado o documento já distribuído pelos membros deste Órgão.-----

---- O Presidente da Assembleia Municipal disse era triste constatar esta desertificação e que todos aqui sabiam daquilo que estava a falar, pois era um problema que também afligia este concelho. Mais disse que, na sua opinião, todos os governos, sem exceção e também a Assembleia da República, não tinham muito interesse pelos territórios desertificados, achando assim que nos competia ser reivindicativos, assertivos e não desistir dos nossos ideais.-----

---- O membro Carlos Gonçalves disse que havia formas de iniciativa legislativa que permitiam que os temas fossem debatidos na Assembleia da República, como por exemplo recolherem alguns milhares de assinaturas e assim poderem ter a possibilidade do mesmo ser discutido no Parlamento, mas honestamente não era aí que o problema se iria resolver, no entanto, possibilitaria que este fosse discutido e debatido para que todos os grupos parlamentares pudessem claramente pronunciar-se. Mais disse que este era um assunto um pouco mais complicado por envolver dois estados, mas achava este projeto interessante e que pelo seu pouco peso político deveriam associar-se um conjunto de municípios e que seria



fundamental que não houvesse uma divisão político ou partidária senão destruiria de imediato o mesmo. O problema da desertificação não afetava só a raia Portuguesa mas também a Espanhola e era interessante que se encontrassem soluções para combater esse problema e a criação de um grupo mais restrito que agilizasse esta ação era benéfico. -----

----O Presidente da Assembleia Municipal disse que não era sua intenção criticar à Assembleia da República, mas apesar do número de deputados com assento na mesma, tinha a opinião de que se chegaria ao ponto em que as decisões seriam tomadas em reuniões só com os presidentes dos grupos parlamentares. -----

----O membro Carlos Gonçalves disse que, tendo em conta que com o atual sistema político, o número de deputados era consoante o número de eleitores, existia este problema de haver círculos eleitorais que por força da perda de população, logo de eleitores, estarem também a perder deputados. Na sua opinião e aqui os territórios de baixa densidade teriam que lutar por isso, haver uma reforma no sistema político que permitisse criar círculos nominais onde haveria deputados que representassem localmente a sua área e um círculo nacional para que também existissem deputados tecnicamente conhecedores do funcionamento deste parlamento. O atual sistema político, não permitia reequilibrar as diferenças que já existiam no plano económico e social entre os territórios, logo com menos peso político e consequentemente, com menos massa crítica, era difícil conseguir alcançar as respetivas pretensões. -

----O membro Fernando Roma solicitou a entrada na Mesa de uma Moção sobre o Hospital Amato Lusitano, tendo sido aprovada a sua entrada por unanimidade, procedendo-se em seguida à sua leitura e que aqui se dá por transcrita e cuja cópia se anexa junto á

presente ata-----

---- O membro Carlos Gonçalves disse que a bancada da Coligação "Novo Rumo" iria votar contra pelo facto de ver aqui nesta Assembleia Municipal uma Moção que fazia um elogio a outro autarca sobre um serviço que servia um conjunto de pessoas de vários concelhos, depreendendo até que este documento queria, eventualmente, procurar no plano politico outra coisa.-----

---- Em seguida foi colocada a votação, tendo a Moção sido aprovada por maioria dos presentes, com os votos a favor da bancada do Partido Socialista e os votos contra da bancada da Coligação "Novo Rumo".-----

---- A bancada do Partido Socialista solicitou a entrada na Mesa de uma Moção sobre os factos da verdade e transparência referente à política concelhia, tendo sido aprovada a sua entrada por unanimidade, procedendo-se em seguida à sua leitura e que aqui se dá por transcrita e cuja cópia se anexa junto á presente ata-----

---- O membro Carlos Gonçalves disse que era mais um auto elogio e que continha um conjunto de afirmações das quais quase era levado a agradecer-las as terem feito. A palavra verdade era citada muitas vezes no texto e normalmente quando se era obrigado a dizer que falava verdade, era porque realmente havia qualquer coisa que não estava bem, porque quem falava e agia com verdade não precisava de dizê-lo, eram as pessoas, os eleitores e as populações que verificavam no exercício político de quem tem cargos políticos, quem falava e quem fazia as coisas segundo a verdade. Como é que era possível, no dia em que se iria debater o Orçamento para o próximo ano, haver um conjunto de auto elogios que se repetiam, para quem estava de fora eram demonstrativos de uma enorme fragilidade, porque se aquilo que tiverem para apresentar fosse, de



uma forma ou de outra, de deixar a oposição sem palavras ou que fosse algo impossível de ter alternativa, certamente que não tinham necessidade de tanto auto elogio. Continuou, dizendo que apesar de estarem há tantos anos à frente da Autarquia, ainda conseguiam ir atrás no tempo para culpar o PSD para justificar aquilo que, eventualmente, não conseguem fazer e comparar executivos camarários de à praticamente duas décadas, com um país completamente diferente e distinto, era uma vez mais demonstrativo de fragilidade. Mais disse que o seu grande agradecimento, tinha a ver com a forma enérgica como atacavam o Dr. Carlos Faria, porque era demonstrativo de que o pequeno grupo que teve dificuldades em se candidatar, que fez uma campanha em grandes dificuldades, começou a organizar-se e a fazer trabalho político, começou a incomodar claramente a gestão do Município, que demonstra fraqueza logo no seu primeiro ano de mandato e assim hoje prestaram um enorme elogio ao Dr. Carlos Faria, porque não só tem um projeto alternativo, como consegue agregar pessoas e tem uma visão para o concelho que lhe permitirá nos próximos três anos fazer um combate político diferente. Irá, certamente, merecer mais ataques, mas as pessoas de Ródão começarão a perceber com a demonstração hoje aqui feita com a apresentação desta Moção, que havia alternativa em Vila Velha de Ródão e os membros da bancada da Coligação "Novo Rumo" agradeciam a Moção e felicitavam os seus autores, porque hoje ficaram a saber claramente que esta Coligação, nesta Assembleia Municipal, fazia um debate político que incomodava e que levava os atuais dirigentes municipais a lembrar um mandato de há dezoito anos atrás. -----

----O membro Ricardo Morgado começou por felicitar a bancada Socialista pela redação deste documento que fazia na perfeição um resumo do último ano deste mandato. Em seguida, agradeceu os

elogios tecidos pelo membro Carlos Gonçalves, recordando que no início tinham ouvido por parte da bancada da Coligação do "Novo Rumo" que iriam haver propostas para debate, aqui nesta Assembleia, mas para os mais atentos e bastava ler as Atas da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal, o que se via era uma mão cheia de nada, não havia propostas e até à presente data ainda estavam á espera de propostas para debater em prol do nosso concelho.-----

----- 2-Retificação à Ata nº3 da Sessão de 27/06/2018;-----

----- Não havendo intervenções e depois de votado, foi deliberado que, após aprovação da Ata nº 3, referente à Sessão da Assembleia Municipal realizada em 27/06/2018, feita na Sessão deste Órgão realizada em 21/09/2018, verificou-se que, por lapso, no Ponto 2 (Apreciação, discussão e eventual aprovação da Revisão aos Documentos Previsionais), com início no verso da folha 45 e término na folha 46, não foi inscrito o sentido de voto e respetiva deliberação, tendo sido aprovado por unanimidade, retificar a referida Ata com a inclusão nesse ponto do texto a seguir descrito:

----- "Não havendo mais intervenções e após votação, foi aprovada por maioria, com 15 (quinze) votos a favor e 4 (quatro) abstenções, dos membros, Carlos Alberto Silva Gonçalves, Luis Manuel Machado Brito Coutinho Dias, Júlia Cristina Marchão Ceia e José Carlos Lopes Soares, em conformidade com a alínea a) do nº1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a 1ª Revisão ao Orçamento de Receita, com um aumento de 1.230.000,00€ (um milhão duzentos e trinta mil euros) e uma diminuição de 400.000,00€ (quatrocentos mil euros), a 3ª Revisão ao Orçamento de Despesa, no valor de 830.000,00€ (oitocentos e trinta mil euros), a 3ª Revisão ao Plano Atividades Municipais, com um aumento de 125.000,00€ (cento e vinte cinco mil euros) e uma diminuição de 15.000,00€ (quinze mil euros)



e a 2ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, com um aumento de 611.500,00€ (seiscentos e onze mil e quinhentos euros) e uma diminuição de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros).-----

----A presente deliberação foi aprovada em minuta." -----

----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

----3-Apreciação, discussão e eventual aprovação de atribuição de benefícios fiscais à empresa Plastificadora do Ródão, S.A; -----

----Não havendo intervenções e após votação, a Assembleia Municipal, no seguimento da sua deliberação de 24/02/2017 em que aprovou, por unanimidade a alteração ao Memorando de Entendimento celebrado entre Câmara Municipal e a empresa BONCARTON INVESTIMENTOS SGPS, SA, e o valor de venda dos terrenos referenciados no mesmo, em conformidade com a redação aprovada na reunião de Câmara de 24/02/2017, nos termos da alínea i) do n.º1 do artigo 25.º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que previa a possibilidade daquela empresa ceder a sua posição, quanto ao investimento industrial, a outra sociedade constituída para o efeito, em determinadas condições, aprovar por unanimidade o reconhecimento de que a sua deliberação de aprovação da atribuição das isenções do Imposto Municipal de Transmissão de Imóveis (IMT) e do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) concedido à empresa BONCARTON INVESTIMENTOS SGPS SA, seja considerada válida para a sociedade então constituída para o efeito, a PLASTIFICADORA DO RODÃO, S.A NIF 514300876, com o mesmo fundamento legal, e nas condições anteriormente atribuídas, a saber: -----

----a) - Isenção de IMI, relativamente aos prédios utilizados pelo promotor no âmbito do projeto de investimento, a conceder na totalidade e por 5 anos, com início em 2017, data da anterior deliberação da Assembleia Municipal, com a possibilidade de vir a

ser renovada por igual período;-----

---- **b)** - Isenção do IMT ao promotor do investimento na aquisição dos prédios destinados á implantação das instalações previstas no projeto aprovado, desde 2017, data da anterior deliberação da Assembleia Municipal.-----

---- A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

---- **4-Apreciação, discussão e eventual aprovação da adesão do Município ao processo de Certificação Florestal;**-----

---- A solicitação do membro Fernando Roma sobre o que era este processo e se traria custos à Autarquia, o Sr. Presidente da Câmara Municipal disse que este processo de certificação florestal estava a decorrer no âmbito da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa, envolvendo os seis municípios que a compunham, em parceria com uma Associação Florestal do concelho de Oleiros e que permitiria, de alguma forma, possibilitar aos produtores florestais uma mudança de práticas, assegurando uma gestão mais sustentável, a defesa da biodiversidade, mas acima de tudo proporcionar que estes pudessem colocar os seus produtos em mercados mais exigentes, que exigem certificação, logo mais rentáveis. Pelo atrás exposto e em termos de Comunidade Intermunicipal, achava que este projeto fosse implementado, tendo inclusive a adesão de todos os outros municípios, esperando que também, hoje, esta proposta fosse aprovada. Quanto aos custos, disse que os mesmos foram assumidos pela Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa.-----

---- Não havendo mais intervenções e após votação, a Assembleia Municipal, nos termos da alínea k), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro deliberou, por unanimidade, aprovar a adesão do Município à ACF-Beira Baixa, na qualidade de proprietário florestal, no que concerne ao seu domínio privado, com



o objetivo de implementar um processo de certificação florestal, nos termos e para os efeitos previstos nos n.ºs 1, do art.º 23.º e da alínea ccc), do n.º 1, do art.º 33.º ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

----5-Apreciação, discussão e eventual aprovação do Mapa de Pessoal para 2019; -----

----O membro Maria José Sobreira disse constar do Mapa de Pessoal 144 (cento e quarenta e quatro) funcionários e no documento do Orçamento, referente à evolução de gastos com o pessoal, verificar que no ano de 2018 referir-se a 148 (cento e quarenta e oito) funcionários, existindo assim uma diferença entre o que está escrito e o próprio Mapa. -----

----O Sr. Presidente da Câmara Municipal explicou que essa situação tinha a ver com a promoção do sucesso escolar que inicialmente estava previsto em 2018, integrar as pessoas no quadro da Autarquia, mas depois recorreu-se à contratação de prestação de serviços, ou seja, este foi um número que transitou do ano passado, mas que realmente eram 144 (cento e quarenta e quatro) funcionários. -----

----Não havendo mais intervenções e após votação, a Assembleia Municipal, deliberou, ao abrigo da alínea o) do n.º1 do artigo 25º, da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro e de acordo com o artigo 29º e 30º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e do artigo 24º da Lei 49/2012, de 29 de agosto, aprovar por unanimidade as despesas de representação, bem como estrutura de Mapa de Pessoal, a respetiva caracterização dos postos de trabalho e os gastos com recrutamento de trabalhadores para novos postos de trabalho para o ano de 2019.-

----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

----- 6-Apreciação, discussão e eventual aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2019;-----

----- O Sr. Presidente da Câmara Municipal, em linha gerais, disse que este era um Orçamento que se pautava pelo rigor com a despesa pública, pelo desenvolvimento sustentável e pela continuidade da concretização dos projetos estruturantes. Continuou, dizendo que os Orçamentos têm vindo a aumentar nos últimos cinco anos, atingindo este o valor global de 10.220,000,00€ (dez milhões e duzentos e vinte mil euros), verificando-se assim um crescimento considerável de 2015 para 2019. Em comparação com o Orçamento de 2018, houve um crescimento de 12,31% (doze virgula trinta e um por cento), crescimento esse obtido através das receitas conseguidas e com o rigor de gestão ao longo dos últimos anos e assim, alavancar os grandes projetos que este Orçamento contemplava, salientando em seguida alguns dos aspetos mais importantes do mesmo, nomeadamente, da continuação do projeto da Quinta da Torre, de grande importância social e de fixação de pessoas e do investimento no turismo, dando como exemplo a continuidade das obras na Foz do Cobre. Referiu também a conclusão do projeto da loja do cidadão e do acordo já conseguido com todas as entidades envolvidas, prevendo-se avançar com as obras no início de 2019. Referiu também que no início do primeiro trimestre do próximo ano estaria concluído o projeto de grande importância para esta Vila, a recuperação da Rua da Estrada, mas que a obra só teria início em 2020. Salientou também que, logo no início do ano, se iria avançar com as obras da rede de saneamento público na localidade de Silveira.-----

----- O membro Carlos Gonçalves referiu que este Orçamento seguia as mesmas linhas orientadoras de 2018, diria até, que seguia as mesmas linhas orientadoras que têm atravessado um conjunto de anos e



mandatos desta maioria. Era da opinião de que os resultados produzidos não seriam os que conseguiriam inverter esta tendência, particularmente no plano demográfico e se, segundo os demógrafos, esta evolução se mantiver, chegar-se-ia a números que poriam em causa não só Vila Velha de Ródão, mas mais alguns concelhos do interior. Os membros desta bancada reforçavam a opinião de que a questão da atração de população era essencial e deveria ser reforçada, mas sobretudo era importante fixar as pessoas que cá trabalhavam, mas existia nesta Vila um problema ambiental grave e este tinha um peso enorme na escolha de fixação das famílias, mas o nosso território era grande. Verificava-se que o investimento era praticamente todo na sede do concelho, quando havia quatro freguesias, algumas com capacidade de receber pessoas, inclusive uma muito próxima da cidade de Castelo Branco que possibilitaria uma mobilidade de proximidade entre municípios. Não se poderia dizer que o Estado Central era avesso aos territórios de baixa densidade e que não havia investimento e depois a prática política destes concelhos também concentravam uma grande parte do investimento na sua sede, principalmente na área da fixação da população. Na verdade tínhamos capacidade de emprego, mas as pessoas não viviam cá, por isso tinha que se encontrar forma de atrair as mesmas, pensando que a forma como o Executivo valorizava as políticas na questão da fixação de população não lhe parecia a mais correta tendo em conta a proximidade de um grande centro urbano que tinha um conjunto de serviços que serviam também este concelho. A diversificação da atividade económica no concelho era fundamental, não se poderia continuar com a ideia e o determinismo do "cluster" do papel, teria que ser dada uma imagem diferente, dando como exemplo o investimento feito na área da vinha, em

Sarnadas de Ródão e na visibilidade notável que o mesmo tem dado ao nosso território, sendo assim demonstrativo que se poderia dar a conhecer o concelho de um outro ponto de vista, sem os problemas ambientais e de uma forma mais abrangente a todo o território. Na verdade se este fosse o segundo exercício municipal, certamente não teria este tipo de discurso, mas o problema é que já era o sexto Orçamento, sem contar com os dos mandatos mais atrasados e se a reflexão que hoje se fazia era de que a situação de Vila Velha de Ródão era dramática, perguntava-se então o que é que se andou a fazer durante muitos anos. Reforçou que era preciso fazer política com outra capacidade de atração e era fundamental entender que o concelho era todo o seu território. Em relação às despesas estruturais, em particular as com o pessoal, achava a análise financeira deste documento e tendo por base a previsão do crescimento económico do país, muito otimista, porque os sinais que tínhamos não eram os mais favoráveis e portanto teria que se equacionar no futuro que os tempos que aí vinham, tanto a nível nacional como europeu, iriam ser extremamente complicados e como tal convinha ter atenção na gestão desse tipo de análise. Mais disse que o Orçamento era da responsabilidade do atual Executivo, que assumiram uma vez mais este caminho que gostaria que fosse diferente e como tal, a bancada da Coligação "Novo Rumo", ir-se-ia abster, desejando que tudo corresse pelo melhor e que a matéria mais importante, que era a fixação de população, pudesse acontecer, mas de uma forma diferente, em todo o território e com outro tipo de capacidade, porque os projetos que tem para o concelho, face ao número de pessoas que cá trabalham, poderia ser um pouco mais ambicioso.-----

---- O membro Fernando Roma começou por dizer que havia duas



maneiras de viver a vida, uma era como se nada fosse um milagre e a outra era como se tudo fosse um milagre. No ano que está a terminar e sobre o concelho de Vila Velha de Ródão, muito se falou de desertificação, na fixação de população, nas áreas protegidas, na A23, na Barragem do Alvito e na Poluição do Rio Tejo, mas julgava que o pensamento de "como tudo fosse um milagre" se enquadrava no desempenho do Executivo da Câmara Municipal. Não era por acaso que no Anuário Financeiro dos Municípios, Vila Velha de Ródão aparecia em primeiro lugar no índice global dos municípios de pequena dimensão, em consequência de uma gestão responsável, com rigor e transparência e como tal a bancada do Partido Socialista orgulhava-se do trabalho feito até aqui. Em relação ao Orçamento, viam nele algumas oportunidades e algumas dificuldades, consideravam-no um documento exaustivo e pormenorizado, mas nem sempre de fácil entendimento. No entanto, nas Grandes Opções do Plano, no gráfico da página 27 (vinte e sete), as funções sociais representavam 64,88% (sessenta e quatro virgula oitenta e oito por cento) dos recursos disponíveis e entendiam que o Executivo deveria continuar a ajudar quem mais precisava, mas atento aos subsídios. Disse concordar com a intervenção do membro Carlos Gonçalves no que dizia respeito ao facto de neste documento não se viam projetos relevantes nas freguesias. No anexo I, artigo 10 (dez), da página cem, valorizavam o entendimento nele explícito e esperavam que fosse aplicado o texto na sua plenitude de modo a incentivar a atividade económica, particularmente aos pequenos comerciantes instalados no concelho. Porque reconheciam a este Executivo capacidade de competência e honestidade no desempenho do cargo, esta bancada era totalmente solidária e davam voto favorável a estes documentos. -----

---- O membro Ricardo Morgado, referindo-se à intervenção do membro Carlos Gonçalves, disse-se surpreendido e ficava na dúvida, porque atualmente quando se ouvia falar em problemas de demografia e população, todos os políticos diziam que não havia crescimento populacional sem desenvolvimento económico e o que se tinha feito no concelho era criar condições para isso, independentemente se era na área do "cluster" do papel ou não. Quanto á parte ambiental estavam de acordo, mas este Executivo sempre procurou criar investimento para Vila Velha de Ródão e esta bancada sempre o defendeu desde a primeira hora no sentido de encontrar soluções de forma responsável, em parceria com entidades privadas em cuja decisões são exclusivamente das mesmas, mas com quem a autarquia sempre tentou respeitar e ter um bom relacionamento. Mais disse que ficara agradado com a previsão da reabilitação da Rua da Estrada com tudo o que este investimento viria melhorar ao nível da mobilidade, segurança e turismo. Terminou, referindo que em relação ao pessoal e sinonimo da restrição à sua contratação, não sabia se se referiam ao aumento das remunerações ou ao número de pessoas e lembrou que não se conseguia executar trabalho por administração direta se não se tiver funcionários, ou o caminho a seguir seria o da contratação de serviços.-----

---- O membro Maria José Sobreira, em relação ao Orçamento, referiu com agrado o aumento em relação ao do ano transato, a receita corrente era superior à despesa corrente, acrescida das amortizações dos empréstimos, mantendo assim a regra de equilíbrio financeiro. Destacou também a verba destinada à obra da Quinta da Torre, esperando que esta fosse concretizada no final de 2019. Fazia votos que o Executivo continuasse com a mesma exigência, dedicação e rigor orçamental de modo a que todos os projetos tenham



uma elevada taxa de execução. -----

----O Sr. Presidente da Câmara Municipal começou por lamentar que o membro Carlos Gonçalves tenha indicado de imediato o sentido de voto a este Orçamento da bancada da coligação "Novo Rumo", porque pela sua intervenção, ficara na esperança de que o iriam votar favoravelmente, acrescentando que este Orçamento dava resposta às suas preocupações e àquilo que tem vindo a ser feito, nomeadamente à fixação de pessoas e à captação de emprego. Não sabia se tinha alguma coisa contra o "cluster" do papel, pois falava muito nele, mas ainda bem que este existia em Vila Velha de Ródão e que a Câmara Municipal tinha tido a capacidade de cativar novas empresas que incorporavam as mais inovadoras e modernas tecnologias e até a CELTEJO teve capacidade de se modernizar e ser reconhecida pelos investimentos feitos e inclusive resolvera alguns problemas que existiam nesta vila. Era óbvio que Vila Velha de Ródão não vivia só do "cluster" do papel, como aliás este membro tinha referido, o excelente exemplo do investimento vinícola feito em Sarnadas de Ródão, projeto este que desde o seu início foi acolhido e teve o apoio da Autarquia, tende inclusive, os vinhos da "Adega 23" estado presentes, com sucesso, na feira de vinhos de Paris. Referiu também o trabalho que a Câmara Municipal estava a fazer com todos os empresários, não só convidando-os para cá investir mas também no acompanhamento a par e passo das suas dificuldades e necessidades, procurando dar resposta às mesmas. Aproveitou para dar o exemplo de um investimento agrícola na freguesia de Perais, com a maior plantação de nogueiras do país e no setor turístico, também nesta freguesia, uma unidade turística de referência que era a "Herdade da Urgueira". Por isso Vila Velha de Ródão não era só o "cluster" do papel, mas também apoiava projetos nas áreas agrícolas, do

agroturismo e no turismo, daí a Câmara Municipal ter criado a marca "Terras de Oiro" e estar a promover todos os produtos dos empresários do concelho. Este Orçamento vinha a dar resposta a uma das principais preocupações que era segurar as pessoas no concelho e isso fora feito através de instrumentos sociais, no apoio às rendas, com o pagamento da creche, com a construção de apartamentos, com o projeto da Quinta da Torre, com a continuação da recuperação de casas. Se havia bons exemplos daquilo que podia ser o trabalho autárquico para inverter este ciclo, Vila Velha de Ródão tinha aqui muitos bons exemplos e deveríamos estar todos orgulhosos disso.-----

---- O membro Carlos Gonçalves disse que, em relação ao Orçamento, não eram força de bloqueio porque até se iam abster. Mais disse que o Sr. Presidente da Câmara Municipal o estava sempre a colar ao "cluster" do papel, mas não tinha sido ele que tinha ido ao Parlamento preocupado com a questão do ambiente em Vila Velha de Ródão. Recordou que nos territórios de baixa densidade, Vila Velha de Ródão destacava-se pelo facto de ter emprego, mas era fundamental que as pessoas cá residissem e isso era primordial para o concelho e era este o paradigma que tinha de ser alterado. Obviamente que o Executivo há tantos anos no poder terá algo a apresentar noutras áreas, mas o investimento de Sarnadas de Ródão era diferente, por não existir tradição nessa área no nosso concelho.-----

---- O Presidente da Assembleia Municipal interrompeu este membro porque a sua intervenção não se enquadrava no tema deste ponto, mas se assim o entendesse, poderia fazê-lo no ponto nove. Mais disse que este não estava a respeitar esta Assembleia Municipal nem o seu Presidente e não tinha o direito de destabilizar a sessão nem



aceitava que pusesse em causa a maneira como conduzia os trabalhos.

----O membro Carlos Gonçalves respondeu que tudo o que dissera na sua intervenção se referia ao documento das Grandes Opções do Plano, logo, enquadrava-se neste ponto e como tal tinha todo o direito de continuar a mesma. Em defesa da honra, afirmou que não tinha faltado ao respeito a ninguém e o Presidente da Assembleia Municipal é que criara um facto que não servia ninguém, deixando como reparo e na sua opinião, que nesta Assembleia houvesse alguém, de ambas as bancadas, que lhe queira faltar ao respeito, independentemente dos apartes normais que ocorriam e como tal não tinha necessidade de se impor desta forma. -----

----Não havendo mais intervenções e após votação, os Documentos Previsionais para o ano 2019, constituídos pelo Relatório do Orçamento, Grandes Opções do Plano, Plano Plurianual de Investimentos, Plano de Atividades Municipais e Orçamento, Normas de execução do Orçamento, Mapa das entidades Participadas e Nota explicativa, apresentados e que ficarão arquivados junto aos documentos presentes nesta sessão, foram nos termos da alínea a) do n.º1, do art.º 25º, da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, aprovados por maioria, com 15 (quinze) votos a favor e 4 (quatro) abstenções dos membros, Carlos Alberto Silva Gonçalves, Luis Manuel Machado Brito Coutinho Dias, Maria Leonor Trigueiros Soares de Aragão e Júlia Cristina Marchão Ceia. -----

----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

----7-Informação do Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade do Município nos termos da alínea c) do n.º2 do artigo 25º da Lei 75/2013 de 12 de setembro; -----

----Sobre este ponto foi entregue a cada membro da Assembleia uma Informação escrita evidenciando no n.º1, a situação financeira,

reportada à data de 13 (treze) de dezembro, nomeadamente, os valores da receita cobrada de 7.527.322,86€ (sete milhões, quinhentos e vinte e sete mil, trezentos e vinte e dois euros e oitenta e seis cêntimos), dos pagamentos efetuados de 6.853.318,01€ (seis milhões, oitocentos e cinquenta e três mil, trezentos e dezoito euros, e um cêntimo) e do saldo reportado a 05/12/2018 de 3.742.737,31€ (três milhões, setecentos e quarenta e dois mil, setecentos e trinta e sete euros e trinta e um cêntimos), bem como as faturas por pagar a fornecedores no valor de 430.053,38€ (quatrocentos e trinta mil, cinquenta e três euros e trinta e oito cêntimos) e no nº2, as principais atividades desenvolvidas pela autarquia nos setores da Educação, Cultura, Desporto e Tempos Livres, Ação Social, do Desenvolvimento e Turismo, no Apoio ao Desenvolvimento e Proteção Civil, no da Habitação e Urbanismo, Obras e Projetos Municipais.-----

--- O Sr. Presidente da Câmara Municipal informou que o projeto de promoção ao sucesso escolar estava já a decorrer e com indicadores muito positivos. Continuou dizendo que a obra da Quinta da Torre estava a decorrer dentro do previsto, que já fora executada a obra de requalificação da estrada Alvaiade/Sarnadinha/Chão-das-Servas e que no início do ano se iria lançar a obra de recuperação da estrada Vilas Ruivas/Perdigão e que já tinham sido colocadas as guardas de proteção da estrada de Vilas Ruivas. Estas intervenções estavam a ser feitas no âmbito dos danos causados pelos fogos florestais e com apoios concedidos para essa recuperação. Mais disse que a intervenção na Rua da Sr^a da Alagada, apesar de alguns atrasos, nomeadamente devido às condições climatéricas, ainda estava a decorrer mas estaria perto da fase de conclusão.-----

--- O membro Fernando Roma questionou se as obras de beneficiação



da Rua do Forno, em Amarelos, já estavam concluídas e se na continuação desta estaria previsto mais algum melhoramento. -----

---O Sr. Presidente da Câmara Municipal respondeu que esta obra já estava concluída, mas havia a necessidade de uma intervenção para solucionar alguns constrangimentos no acesso à padaria, mas estas obras seriam executadas por administração direta dos serviços da Autarquia. -----

---O membro Maria José Sobreira solicitou mais informação sobre o Gabinete de Apoio à Vitima, que segundo lera, estaria a funcionar nas instalações da CLDS. -----

---O Sr. Presidente disse que esta era uma situação nova e que decorria da necessidade que a Autarquia teve de dar resposta não só áquilo que era o enquadramento legal, mas também prestar o apoio necessário às pessoas em situação de vulnerabilidade, com as condições adequadas ao nível não só de instalações mas também de técnicos devidamente habilitados e com experiência. Salientou em seguida o excelente trabalho feito pelo Gabinete de Ação Social da Autarquia, que tem dado uma resposta muito positiva a muitas situações que, infelizmente, ainda persistiam e que eram tratados com descrição, mas eficazmente, substituindo-se muitas vezes às entidades sociais e de segurança, assumindo alguns riscos e estabelecendo pontos de equilíbrio. -----

---O membro Ricardo Morgado começou também por felicitar o início dos trabalhos do Gabinete de Apoio à Vitima e de uma forma mais abrangente, louvou o trabalho do sector da Ação Social da Autarquia. Deixou em seguida uma palavra de destaque referente à programação da Casa de Artes e Cultura do Tejo e da Biblioteca Municipal. -----

---O Sr. Presidente da Câmara Municipal destacou o programa

"SAÚDE+" implementado pela Câmara Municipal, pela CLDS e pelo Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento de Vila Velha de Ródão, em parceria com as Juntas de Freguesia e que procurava colmatar uma lacuna na capacidade que os serviço de saúde pública tinha em dar resposta à solicitação dos utentes, informando que desde o seu início o número de consultas tem vindo a aumentar, estando neste momento com um a média de 60 (sessenta) consultas por mês, sendo assim relevante a importância que este projeto tinha para a comunidade.-----

--- 8-Outros assuntos de interesse para o Município;-----

---- O membro Fernando Roma solicitou mais informação sobre a situação da entrada de Fratel e no seguimento da tragédia em Borba e como há alguns anos a estrada entre Perdigão e Alvaiade teve problemas, questionou se esta estaria a ser monitorizada.-----

---- A Secretária da Junta de Freguesia de Fratel, Célia Ribeiro, deixou uma palavra de reconhecimento ao Executivo pelo apoio prestado na substituição do cais fluvial do Rio Tejo, sito junto à estação da CP, em Fratel. Em seguida, manifestou a preocupação referente à inviabilização de utilização da passagem superior na entrada de Fratel que dá acesso à A23 e ao IP2, questionando em que ponto se encontravam os trabalhos da mesma. Terminou, congratulando-se com o facto de constar do Plano de Atividades e Orçamento agora aprovados, a realização do loteamento em Fratel, que era uma das grandes ambições desta freguesia e iria permitir a fixação de população tão necessária ao crescimento da mesma.-----

---- O membro Luis Coutinho apresentou à Mesa uma proposta de recomendação à Câmara Municipal sobre o regulamento municipal dos transportes escolares, que a seguir se transcreve:-----

---- "-----Proposta-----



----Recomenda à Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão, que proceda à alteração do Regulamento Municipal dos Transportes Escolares, no que diz respeito ao pagamento da totalidade dos Passes Escolares no transporte de Vila Velha de Ródão a Castelo Branco e regresso, no que concerne aos estudantes do ensino secundário e ensino superior, quando transportados nos transportes da Rodoviária da Beira Interior. Entendemos este incentivo num apelo à promoção de condições de acesso e sucesso escolar de todos os rodenses e um estímulo de combate à desertificação e fixação de população. -----

----A Lei nº 75/2013 de 12 de setembro estabelece na alínea g) do artigo 33º que é competência das Câmaras Municipais assegurar, organizar e gerir os transportes escolares. O Decreto-lei nº176/2012 de 2 de agosto no seu sumário, e passa-se a citar: "A Lei nº 85/2009, de 27 de agosto, veio estabelecer o alargamento da idade de cumprimento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos (...) O cumprimento da escolaridade de 12 anos é relevante para o progresso social, económico e cultural de todos os portugueses (...) ", fim de citação. -----

----A situação atual é a de que, o Município de Vila Velha de Ródão assegura a totalidade do custo do passe escolar de todos os alunos até final do 3º ciclo do ensino básico, e comparticipa em 50% o custo do transporte escolar a todos os alunos do ensino secundário e ensino superior. -----

----Pelo exposto anteriormente, a coligação "NOVO RUMO - PPD/PSD.CDS/PP" propõe que a Assembleia Municipal adote a seguinte resolução: -----

-----Resolução -----

----A Assembleia Municipal recomenda à Câmara Municipal de Vila

Velha de Ródão, que proceda à alteração do Regulamento Municipal dos Transportes Escolares, no que diz respeito ao pagamento da totalidade dos Passes Escolares no transporte de Vila Velha de Ródão a Castelo Branco e regresso, no que concerne aos estudantes do ensino secundário e ensino superior, quando transportados nos transportes da Rodoviária da Beira Interior. Entende-se este incentivo num apelo à promoção de condições de acesso e sucesso escolar de todos os rodenses e um estímulo de combate à desertificação e fixação de população.-----

--- Assembleia Municipal de Vila Velha de Ródão, 13 de dezembro de 2018-----

---- Os membros da Assembleia Municipal da Coligação "Novo Rumo"-.-

---- Em seguida foi esta Proposta colocada a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

---- O membro Vitor Marques questionou se havia e para quando, previsão para uma intervenção de requalificação da Rua da Estação, em Sarnadas de Ródão.-----

---- O Sr. Presidente da Câmara Municipal, em relação ao nó rodoviário sito na entrada de Fratel, disse que a Câmara Municipal tinha um projeto de requalificação, que neste momento estava parado e que abrangia aquele local, estando o mesmo a ser trabalhado com as Infraestruturas de Portugal que era responsável por parte da via, mas foram surpreendidos pela questão da segurança e da necessidade de fazer obras na ponte e assim cortar o trânsito na mesma e fazer um desvio provisório. De imediato a Autarquia fez questão de acompanhar de perto a situação e tem vindo a pressionar esta empresa no sentido de que no ano de 2019 este problema tenha desenvolvimentos para a sua resolução. Em relação à questão da segurança da estrada entre Perdigão e Alvaiade, esta tinha tido uma

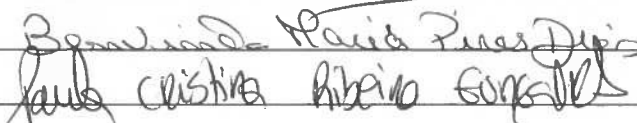


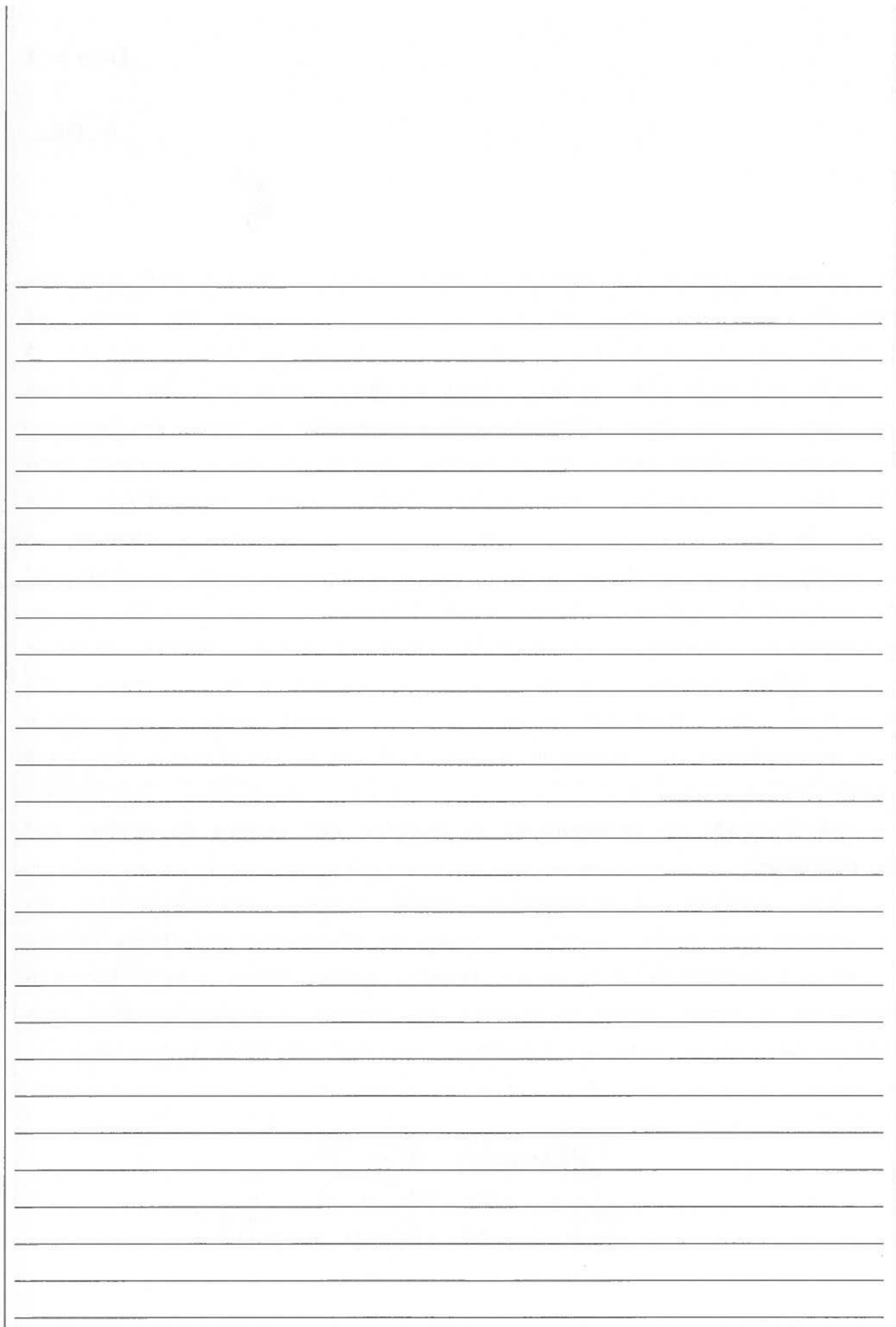
intervenção acerca de quatro ou cinco anos onde foi efetuada uma redução de circulação da via e pela informação que tinha as Infraestruturas de Portugal estavam a acompanhar esta situação. À questão colocada pelo membro Vitor Marques disse que por questões orçamentais, não fora feita qualquer intervenção nesta rua aquando da requalificação da Rua do Barreiro, mas iriam ver a possibilidade de que no próximo ano fosse feita esta intervenção por administração direta dos serviços da Autarquia. Quanto à recomendação apresentada, disse que a Autarquia tinha um conjunto de políticas sociais bastante abrangentes e que estava a ser equacionado durante o ano de 2019, fazer um reforço nessas áreas e que o agora proposto já era algo que estava a ser pensado pelo Executivo, mas iriam ter em atenção esta recomendação e ver qual o seu enquadramento, tendo em vista o esforço financeiro que isso implicará. -----

-----9- Período de intervenção do público nos termos do artigo 21º do Regimento; -----

----Não havendo intervenções neste ponto, o Presidente da Assembleia Municipal, desejou a todos os presentes umas boas festas e deu por terminada a presente sessão, pelas vinte e três horas e quarenta e cinco minutos e dela se lavrou a presente ata, que depois de lida e julgada conforme, vai ser assinada pelos membros da mesa. -----




Benedicta Maria Feres Dias
Paula Cristina Ribeiro Gomes



Almaraz: encerramento perto do fim?

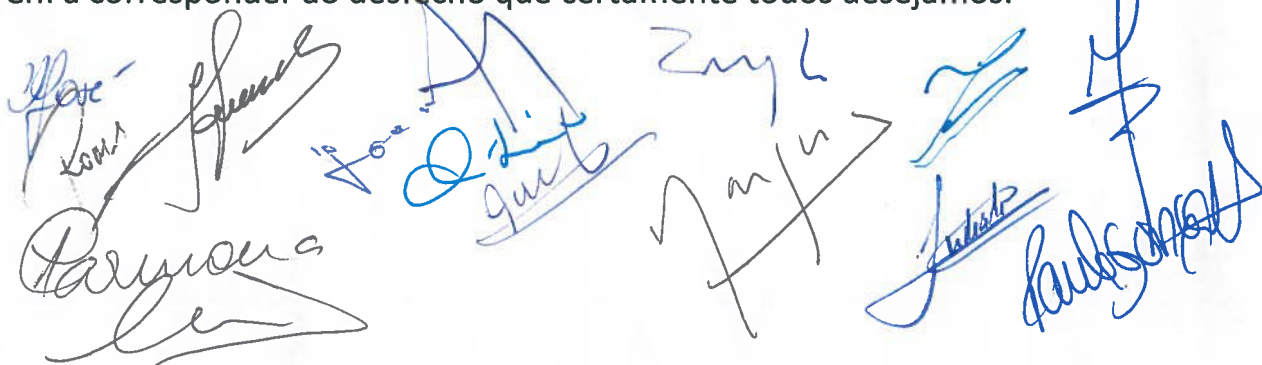
Na assembleia do passado dia 20 de setembro, a bancada do Partido Socialista apresentou uma moção, manifestando a sua preocupação, cientes que o tema é da maior relevância, sobre o prolongamento da central de Almaraz e da construção de um armazém de armazenamento de resíduos perigosos.

Com esperança, voltamos hoje a este tema, um pouco mais desanuviados. O Secretário de Estado da Energia Espanhol, José Domínguez, em conferência de imprensa, referiu que o Governo Espanhol não deverá prorrogar as licenças para as centrais nucleares quando estas atingirem os 40 anos de vida útil, ou seja, para lá de julho de 2024.

Mais. O Governo espanhol pretende começar a encerrar as centrais nucleares do país à medida que estas cumpram 40 anos de atividade, prevendo que um dos reatores da de Almaraz seja desligado em setembro de 2023 e o outro em julho de 2024.

Sabendo que Almaraz tem dois reatores nucleares e está situada a cerca de 100 km da fronteira portuguesa, muito perto do nosso concelho, é com otimismo, ainda que moderado, que recebemos este mais recente desenvolvimento de uma problemática que nos deverá interessar a todos.

Mesmo sabendo que o Governo Português remete a decisão final para Espanha, esta bancada continuará atenta, cooperante com a Câmara Municipal e endereçará todos os esforços no sentido de as últimas notícias, virem a corresponder ao desfecho que certamente todos desejamos.





Assembleia Municipal de Vila Velha de Ródão

Moção

Primeiro ano de mandato

A presente bancada do Partido Socialista quer destacar o balanço positivo feito pelo executivo Socialista da Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão. Após um ano de mandato há trabalho desenvolvido, destacando-se a atração de investimento privado e a criação de emprego, a aposta na habitação e a consolidação dos apoios sociais e escolares, a par de uma gestão rigorosa.

A gestão rigorosa foi reconhecida no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses que, pelo segundo ano consecutivo, que classifica Vila Velha de Ródão como o município de pequena dimensão com melhor eficiência financeira. O resultado obtido neste documento vem comprovar o bom rumo das opções tomadas pelo executivo, que não descurou o investimento no concelho.

A construção de 18 moradias na Quinta da Torre Velha, obra que representa o maior investimento de sempre do município com recurso a fundos próprios, a que se junta a recuperação de duas moradias degradadas na zona histórica da vila e a disponibilização de lotes de terreno para construção são a menção clara do investimento no concelho. Sendo claro o objetivo de incentivar a fixação de jovens e famílias no concelho e colmatar a falta de oferta do mercado privado de arrendamento, sendo estes investimentos complementados com o reforço dos programas de apoio à habitação e ao arrendamento jovem.

A área social tem sido mais uma bandeira deste executivo e neste primeiro ano de mandato foi revigorado o Programa Saúde Mais, que proporciona consultas médicas de clínica geral aos munícipes em complemento aos serviços prestados pelo Serviço Nacional de Saúde, e o apoio aos munícipes em situação de vulnerabilidade social e/ou económica.

Na área da educação, este ano primeiro ano de mandato ficou marcado pelo aumento da população escolar, o que levou à criação de mais uma turma e à realização de obras de melhoria no edifício do Pré-escolar. Os apoios na área



de educação permanecem na frequência gratuita de creches e jardins de infância, mas a autarquia procedeu também ao reforço do apoio em livros e *kits* de material escolar, que se estenderam ao 9.º ano de escolaridade, e ao aumento do número de apoios e bolsas de estudo do ensino superior.

Por forma proporcionar as melhores condições aos alunos, o Agrupamento de Escolas de Vila Velha de Ródão foi munido com uma nova biblioteca e um novo autocarro de transporte escolar. A pensar no futuro dos nossos jovens, o município apoiou a sua participação nas Universidades de Verão das Universidades de Coimbra e do Porto, dando-lhes a oportunidade de um contacto precoce com o mundo universitário que os ajude a orientar melhor as suas escolhas.

No setor do desporto e lazer, a inauguração do novo Ginásio Municipal e a requalificação das Piscinas Municipais de Vila Velha de Ródão traduziram-se, respetivamente, numa taxa de frequência de 90% e no maior número de sempre de utilizadores, o que vem demonstrar a importância destes equipamentos para o bem-estar e qualidade de vida da população. Durante o verão, o município promoveu ainda as habituais atividades de ocupação de tempos livres de forma a proporcionar às crianças e jovens um conjunto de práticas desportivas, lúdicas e culturais, bem como o usufruto dos recursos naturais e equipamentos do concelho.

Ao nível da economia e emprego, as medidas de apoio ao investimento privado garantiram a instalação no concelho da Plastificadora de Ródão, uma fábrica de plastificação de papel que veio criar 40 postos de trabalho diretos. Destacamos ainda a incorporação de 17 novos quadros nos serviços municipais, através do recrutamento para preenchimento de lugares vagos no mapa de pessoal e do programa de regularização extraordinária de vínculos precários.

Mas o investimento privado, neste primeiro ano de mandato, obteve também o seu destaque nos investimentos efetuados na área ambiental, que catapultam para o positivismo na área do ambiente, coadjuvado com a remoção das lamas no Tejo, que viu neste ano de 2018, o seu início e termo.



A aposta estratégica no turismo foi mantida com a criação da marca Terras de Oiro, uma plataforma de promoção e divulgação dos produtos regionais sob uma identidade única e que visa ajudar os produtores locais a penetrarem no mercado nacional e internacional. Esta é uma sumula de bons motivos para que este executivo continue na senda do que tem sido, um bom trabalho em prol de todos os Municípios do concelho de Vila Velha de Ródão.

Vila Velha de Ródão, 13 de Dezembro de 2018



Assembleia Municipal de Vila Velha de Ródão

Moção

O mês de dezembro de 2018 revela um grande investimento, que não sendo no nosso concelho, não conseguiríamos deixar de aludir. As obras de ampliação e remodelação do Hospital Amato Lusitano. Este é um serviço que abrange e serve todo o distrito de Castelo Branco, de forma fundamental para todos.

Neste sentido, é com grande satisfação que recebemos a notícia do investimento de Governo de Portugal, no valor de 3,8 milhões de euros, para uma estrutura de saúde que nos serve a todos.

No entanto, é iminente destacar o trabalho feito, até aqui, pelo Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco, Luis Correia que nunca permitiu que esta grande estrutura, como é o Hospital Amato Lusitano sucumbisse a qualquer falha. O autarca, Luis Correia, que numa intervenção sempre acertada, soube acionar a proteção social não só dos munícipes de Castelo Branco, mas de todos nós. Com investimentos diretos feitos pela autarquia, foi procurando colmatar esta necessidade premente de uma ampliação e remodelação do Hospital Amato Lusitano.

Na base de uma preocupação constante, deste autarca, ficamos todos, os que aqui vivemos e necessitamos de uma instituição de saúde em pleno, com um conjunto de benefícios na



MOÇÃO

OS FACTOS DA VERDADE E DA TRANSPARÊNCIA

Somos um País profundamente assimétrico, onde apesar das preocupações expressas na quase totalidade dos discursos, a coesão teima em não sair do papel.

Neste quadro, que nos parece consensual, as autarquias são os únicos parceiros verdadeiramente apostados em inverter este panorama, e se temos hoje infra-estruturas modernas e funcionais e qualidade de vida no interior, isso deve-se claramente à dinâmica proactiva das Autarquias Municipais, pois estas tiveram nas pessoas dos seus líderes a capacidade de perceber antecipadamente as reais necessidades das suas populações e assim implementar dentro das suas possibilidades um conjunto de políticas e instrumentos assertivos para dar uma resposta eficaz e adequada aos problemas das suas gentes.

É no interior do País, em Concelhos como o nosso, que o poder autárquico, caracterizado como sabemos por uma enorme proximidade, o que leva a uma avaliação quase diária de quem exerce esse poder, se assume como verdadeiramente fundamental para esbater estes desequilíbrios, promover a coesão social e fomentar a dinâmica económica.

Felizmente para os Portugueses, não será tarefa difícil encontrar no País e até na nossa região bons exemplos, mas aquilo a que pretendemos dar enfoque é a realidade do nosso Concelho, ate porque é a que mais directamente nos interessa.

É absolutamente verdade, é um facto indesmentível, que a par de um acentuado declínio populacional, iniciado como todos sabemos ainda no tempo do Estado Novo, com o fenómeno da emigração em que saiam os mais jovens na busca legítima de melhores condições de vida, assistimos paralelamente a um rápido envelhecimento da população residente, fruto de um conjunto de circunstâncias, bem como de opções políticas, que durante anos privilegiaram a total litoralização do nosso País, tendo como consequência directa o abandono dos nossos territórios pela população jovem ainda aí residente.

Estas são no nosso entendimento, as causas principais deste flagelo que enche o verbo de sucessivos Governos mas que em abono da verdade nada fizeram de concreto para inverter a situação.

Depois destas constatações que nos parecem inequivocamente consensuais falemos pois de verdade e transparência...

Em política, como aliás na vida, a crítica é legítima mas deve ser fundamentada, verdadeira e sustentada em factos, e não leviana, dolosa, nem sustentada apenas na necessidade de dar provas de vida.

Falemos pois de verdade, de transparência, mas e acima de tudo de factos e factos esses que todos aqui presentes conhecem.

A primeira grande verdade é a realidade do nosso Concelho antes de 2001 e depois de 2001 e para compreendermos bem estas diferenças, temos de dizer que antes desta data e durante os oito anos da governação Autárquica da responsabilidade do P.S.D., a Câmara Municipal não construiu um único fogo para habitação, limitando-se apenas, e bem, como aliás lhe competia, a apoiar os privados que pretendiam fazê-lo, referimo-nos obviamente ao loteamento da Sr^a da Alagada bem como á urbanização de Sarnadas de Ródão, apoios que tiveram da parte do Partido Socialista, á época na oposição, um inequívoco apoio.

A nossa verdade é só uma, estejamos na oposição ou no poder, a nossa verdade é o desenvolvimento de Vila Velha de Ródão.

Falando verdade de forma transparente e assente em factos, deve reconhecer-se que durante oito anos, de 1993 a 2001 muito pouco ou quase nada foi feito para fixar pessoas no nosso Concelho, mas em abono da verdade e da transparência deve também lembrar-se que nos mandatos que antecederam o Partido Social Democrata, e sob a sigla do Partido Socialista, sendo Presidente de Câmara Baptista Martins, construíram-se os primeiros fogos da responsabilidade da nossa Autarquia, o Bairro dos Marmeleiros, urbanização com dezoito moradias, apoiando-se ainda uma iniciativa de vários Municípios que deu origem á urbanização da Serra da Achada, com a construção de nove moradias.

Tendo sempre a verdade como referência e a transparência como norte, deixamos uma pergunta para os que teimam em andar desatentos, simples e de resposta fácil:

Já vimos pelos factos que na liderança dos destinos da Autarquia o P.S.D. não construiu nenhum fogo para habitação, mas e no que se refere a terrenos, quantos metros quadrados adquiriu para fomentar a construção de habitação própria?

A resposta lamentavelmente é simples. Nem um único metro quadrado.

Falemos pois de verdade mas com verdade...

Após 2001 o panorama na política de habitação altera-se radicalmente e é com o Partido Socialista na liderança da Autarquia que se constroem oito moradias a custos controlados na sede de Concelho em frente aos Bombeiros, a urbanização da fonte da Escola, corria o ano de 2009.

Aprofundando ainda mais a verdade, com toda a transparência, este ano mesmo, 2018, iniciou-se a construção de mais dezoito novas moradias na rua do cemitério em terrenos adquiridos pela Câmara Municipal sob a liderança do Partido Socialista e no entretanto não esqueçamos a construção de três novos apartamentos no primeiro piso do edifício da Maconova, à época em avançado estado de degradação, entretanto adquirido pela Câmara Municipal e hoje devidamente reabilitado.

Sendo sérios e falando realmente verdade, há nesta dinâmica um factor comum absolutamente transversal a toda esta realidade e esse factor comum, por muito que custe a alguns, seguramente poucos, chama-se Luís Pereira, actual Presidente de Câmara e Vice- Presidente dos três mandatos anteriores da responsabilidade do Partido Socialista.

Porque é de verdade que falamos, sejamos verdadeiros e embora não se trate de um jogo, o que é um facto é que no deve e no haver entre o Partido Socialista e o

Partido Social Democrata hoje aliado ao Partido Popular, o resultado é muito desequilibrado, diríamos até que em gíria futebolística se trata de uma goleada.

Partido Socialista – quarenta e sete fogos

Novo Rumo – zero fogos

Na verdade o único vencedor desta equação é o Concelho de Vila Velha de Ródão e as suas gentes que sendo verdadeiros como são, e justos como poucos, entendem premiar os candidatos do Partido Socialista com vitórias sucessivas e contundentes em contínuos actos eleitorais.

Concordamos em absoluto com a coligação Novo Rumo quando a dado passo afirma e passamos a citar: “Vai agora avançar com dezoito fogos, mas é manifestamente pouco para as necessidades”, fim de citação. Como é verdadeira esta frase...

Esta frase é o reconhecimento por parte da coligação Novo Rumo que de facto tudo se alterou no paradigma do Concelho, é o reconhecimento por parte da coligação Novo Rumo que a inversão foi conseguida e qual fatalidade, hoje temos cada vez mais famílias a procurar Vila Velha de Ródão para construir o seu futuro, é o reconhecimento por parte da coligação Novo Rumo ainda que implícito, de que muito foi feito e bem feito no sentido de combater a desertificação. Sejam bem-vindos ao grupo dos que não desistem do engrandecimento do nosso Concelho, todos somos poucos para ganhar o futuro.

Em política a memória curta pode momentaneamente dar algum jeito, mas seguramente não enobrece quem, conhecendo a realidade, utiliza a palavra verdade com ligeireza.

Falando de verdade, diremos apenas que quem conhece a verdade, ouve a verdade, e vê a verdade, mas persiste no embuste, ou não está na política de boa-fé, ou como diz o nosso povo, “**o pior cego é o que não quer ver**”.

Não é sério, verdadeiro nem transparente analisar os dados fornecidos pela PORDATA de forma cirúrgica, utilizando a informação aí existente apenas para servir os nossos interesses de momento. Só conseguimos resolver um problema de forma séria conhecendo na plenitude a dimensão do problema.

Se a coligação Novo Rumo cruzasse toda a informação fornecida pela plataforma, seria certamente forçada a ter uma opinião bem diferenciada e não se limitaria apenas a ver aspectos negativos.

Como disse o Presidente Luís Pereira na Assembleia da Republica, e citamos, “nós em Vila Velha não varremos o lixo para debaixo do tapete”, queremos com isto dizer não maquilhamos a realidade, mas é caso para perguntar, não é, infelizmente a perca de população nos dias de hoje mais do que um problema do interior, um problema Nacional?

Falemos pois de verdade e transparência mas sem artifícios, encarando os problemas com frontalidade, coragem e resiliência.

A verdade e a transparência com que a Coligação Novo Rumo fala sobre a educação, mais concretamente sobre a abertura de mais uma sala do Pré-escolar, não tem justificação e apenas a compreendemos, embora com enorme esforço, porque provavelmente constituirá uma dificuldade acrescida, entender determinadas dinâmicas quando descobrimos as mesmas à relativamente pouco tempo, digamos que em meados de 2017.

Com verdade, transparência e sentido de entreajuda, esclarecemos que desde logo, manda o bom senso, a verdade e a transparência, não comparar o que não é comparável, e por isso não conseguimos entender como é possível justificar depreciativamente a abertura de uma nova sala do pré-escolar com o encerramento dos pólos de Fratel, Perais e Sarnadas desde logo porque eles encerraram já há vários anos:

FRATEL- Setembro de 2010

PERAIS- Setembro de 2005

SARNADAS DE RÓDÃO- Setembro de 2009

Será que é ser verdadeiro e transparente justificar a abertura da referida sala com encerramento destes pólos passados tantos anos?

Será que a coligação Novo Rumo, pretende manter as crianças estagnadas no pré-escolar para todo o sempre, ou tem total desconhecimento dos factos?

As duas hipóteses são graves e não abonam nada a favor de quem pretende ser o arauto da verdade e transparência, nem de quem se afirma como alternativa credível ao actual executivo.

Mais, com verdade e transparência é público, e os números são do Ministério da Educação em 2017 Vila Velha de Ródão tinha trinta e nove crianças no pré-escolar e essa população passou para cinquenta e oito crianças em 2018.

Estes são os factos.

Segundo a coligação Novo Rumo as reuniões do executivo são, passamos a citar “desprovidas de conteúdo importante para o debate do futuro do Concelho”, fim de citação. Ficamos literalmente siderados com tal afirmação.

Preocupados, resolvemos consultar as actas das referidas reuniões e constatamos duas coisas.

A primeira, o facto de o Vereador Carlos Faria aprovar as referidas actas, pensamos que sem qualquer constrangimento, o que nos deixa tranquilos quanto à qualidade da democracia por que devem reger-se as reuniões do executivo.

A segunda é mais profunda e deixa-nos perplexos, pois falando com verdade e transparência não é entendível tal afirmação, já que para haver debate tem de haver contraditório e para haver contraditório tem de haver propostas e é aqui que no nosso entender bate o ponto, na ausência de propostas.

Será verdadeiro e transparente, muito embora legítimo, vir para os jornais com a devida pompa e circunstância, reivindicar a ausência de interesse pelo futuro do Concelho, quando na realidade e após consultas das actas, as intervenções do Sr. Vereador são uma mão cheia de nada e outra de coisa nenhuma?

Será verdadeiro, transparente e sério pensar que a alteração do horário das reuniões descentralizadas do executivo são determinantes para garantir o futuro do Concelho?

Será verdadeiro, transparente e sério, embora respeitemos a diversidade de opiniões, pensar que o futuro do Concelho depende apenas e só da fixação da taxa de participação do município de Vila Velha de Ródão no IRS nos 5%?

Será verdadeiro, transparente e sério fazer depender o futuro do Concelho de uma maior ou menor valorização dos espaços verdes, pese embora a sua indiscutível importância?

Será verdadeiro, transparente e sério atribuir à reutilização turística da Fonte das Virtudes, proposta feita na reunião descentralizada nas Vilas Ruivas, um papel

absolutamente decisivo no sucesso do turismo no Concelho de Vila Velha de Ródão, quando e segundo a PORDATA, que tanto gosta de citar, o nosso Concelho teve um aumento de dormidas em alojamento turístico significativo passando de 3029 dormidas em 2016, para 7308 dormidas em 2017, representando em termos percentuais um aumento de 141,27% relativamente ao ano anterior, sendo este o maior aumento de entre os parceiros da Comunidade intermunicipal da Beira Baixa, representando uma facturação das empresas deste ramo de actividade de 449.000 euros?

Não retiramos em nada a importância e o valor da estrutura da fonte das Virtudes, até pelo papel que representa na história do nosso Concelho, mas desde logo é imperativo salientar que a propriedade é pertença de privados, cabendo a estes a gestão das suas propriedades, ou será que a coligação Novo Rumo mudou de opinião sobre a coisa pública e a coisa privada?

Estas são as propostas que depois de consultadas as actas devidamente aprovadas pelo Sr. Vereador, encontrámos, manifestamente pouco para quem tem a veleidade de pôr em causa a qualidade das reuniões do nosso executivo, onde tem toda a liberdade para discordar e apresentar as propostas que bem entender.

Falando com verdade e transparência, o que podemos daqui tirar é a total ausência de uma ideia concreta para o futuro do nosso Concelho, onde a demagogia se sobrepõe claramente á realidade que se vive na nossa terra.

Falando com verdade e transparência o que podemos daqui concluir é que para fazer propostas é essencial conhecer a realidade, para conhecer a realidade é determinante sentir o território, para sentir o território é fundamental vivê-lo, para vivê-lo torna-se indispensável amá-lo e só ama verdadeiramente quem o faz com paixão.

Aquilo que é verdade e transparente é que nos cabe a nós construir o nosso futuro, com diversidade de opiniões sim, mas com frontalidade e lisura na apresentação das nossas propostas, lutando diariamente como é nossa obrigação pelo bem comum.

Aquilo que é verdade e transparente é que os eleitos do Partido Socialista quando na oposição nunca deixaram de reivindicar as suas ideias e apresentar as suas propostas mesmo em minoria.

É a democracia a funcionar Senhores.

Terminamos o comentário relativo às considerações da coligação Novo Rumo com uma citação de Buda:

“Há três coisas que não podem ser escondidas por muito tempo: o sol, a lua e a verdade” fim de citação.

Senhor Presidente, estamos por esta altura com sensivelmente um ano decorrido do seu segundo mandato e o balanço que fazemos é absolutamente positivo. Sabendo que nada se faz no curto prazo de forma sustentada, a sua aposta e a da sua equipa na continuidade das políticas de desenvolvimento do nosso Concelho tranquilizam-nos, e fazem-nos acreditar, que nem o futuro é uma fatalidade, nem o “Diabo” vive entre nós.

Com a sua participação, quer como Vice-Presidente, quer como Presidente o nosso Concelho passou os anos difíceis da Troika em contra ciclo, e assistimos como nunca a um desenvolvimento ímpar na área económica e na criação de emprego

decisivos para estagnar o êxodo dos nossos jovens do nosso território, não apenas de Vila Velha de Ródão mas também de Nisa, Proença-a-Nova e até Castelo Branco.

Nas áreas da educação e da protecção social, nunca como hoje houve da parte da Autarquia tanta atenção aos problemas das nossas gentes, com a oferta dos Manuais e do material escolar, com a rede de transportes que servem as nossas crianças, com a gratuidade da creche, com o subsídio de renda de casa para jovens que pretendam fixar-se no nosso Concelho.

O sucesso na política como na vida não acontece ao acaso, ele tem como base a responsabilidade, a disponibilidade, o compromisso sem concessões, o conhecimento profundo dos problemas das pessoas e claro o trabalho realizado.

Senhor Presidente Luís Pereira e equipa Camarária, a forma irrepreensível como encaram o serviço público, sem qualquer tipo de concessões com o acessório, mas apenas focados no que é essencial, o desenvolvimento sustentado da nossa terra e a melhoria contínua da qualidade de vida das nossas gentes, fazem de si e da sua equipa figuras consensuais na escolha dos Rodenses de todos os quadrantes políticos.

Para os mais descrentes e amargurados terminamos com uma citação de Alexandre Herculano:

“ Querer é sempre poder, o que é excessivamente raro é o querer”

Assembleia Municipal de Vila Velha de Ródão 13/12/2018

Os eleitos do Partido Socialista



The block contains several handwritten signatures in blue ink. At the top left, a large signature reads 'Pereira'. Below it, another signature is partially visible. To the right, there is a signature that appears to be 'Benedito Dias'. In the center, there is a signature that looks like 'Vila'. Below that, there is a signature that appears to be 'Paula Gomes'. At the bottom, there is a signature that looks like 'João'.